



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000315844

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Execução Penal nº 0023918-70.2024.8.26.0041, da Comarca de São Paulo, em que é agravante MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, é agravada MARIA JOSIANE DE SOUZA CANTANHEDE.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 9ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Deram provimento ao recurso ministerial para cassar a r. decisão reproduzida a fls. 15/16, que promoveu a sentenciada MARIA JOSIANE DE SOUZA CATANHEDE ao regime semiaberto, determinando sua recondução ao regime fechado, até que reúna méritos pessoais, devidamente aferidos por exames periciais que a habilitem a progredir. V.U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores ALCIDES MALOSSI JUNIOR (Presidente) E GRASSI NETO.

São Paulo, 31 de março de 2025.

SÉRGIO COELHO

Relator(a)

Assinatura Eletrônica

VOTO Nº 61307

AGRAVO EM EXECUÇÃO Nº 0023918-70.2024.8.26.0041 - PD

COMARCA: SÃO PAULO – DEECRIM UR1

AGRAVANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

AGRAVADA: MARIA JOSIANE DE SOUZA CATANHEDE

Agravo em Execução. Progressão ao regime semiaberto deferida sem a realização de exame criminológico. Insurgência ministerial. Acolhimento. Sentenciada que resgata pena pelo cometimento de tráfico de drogas, envolvendo apreensão de grande quantidade de maconha. Aplicabilidade imediata do art. 112, § 1º, da LEP, que ostenta natureza processual. Razoabilidade e adequação da avaliação criminológica, com o fim de se apurar o nível de periculosidade da sentenciada, em consonância com o princípio da individualização da pena. Registre-se, ademais, que, na hipótese dos autos, a necessidade de realização do exame criminológico salta aos olhos mesmo à luz do regramento anterior, em que as particularidades do caso possibilitavam ao Juiz, mediante fundamentação concreta, determinar a realização da perícia (Súmula n. 439 do STJ). Recurso provido, determinando-se a recondução da sentenciada ao regime fechado, até que reúna méritos pessoais, devidamente aferidos por exames periciais que a habilitem a progredir.

Trata-se de agravo em execução interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO contra a r. decisão reproduzida a fls. 15/16, que deferiu o pedido de progressão ao regime semiaberto, formulado pela sentenciada MARIA JOSIANE DE SOUZA CATANHEDE.

Na minuta de agravo, defende o digno Promotor de Justiça a aplicabilidade da Lei 14.843/2024, na parte que alterou o teor do § 1º, do art. 112 da LEP, tornando obrigatória a realização do exame criminológico. Requer, assim, que a sentenciada seja submetida a exame criminológico (fls. 01/05).

Regularmente processado e decorrido o prazo para contrarrazões (fl. 20), a decisão recorrida foi mantida (fls. 21).

A pedido da douta Procuradoria Geral de Justiça (fl. 29), o julgamento foi convertido em diligência (fls. 32), colhendo-se as contrarrazões, oportunidade em que a Defesa, apesar de concordar com a realização do exame criminológico, argumenta que seria a sentenciada prejudicada ao *“retornar ao regime fechado, aguardar 180 dias para realização do exame, e mais 90 dias para retornar ao semi aberto”* (fl. 44).

O parecer da douta Procuradoria Geral de Justiça é pelo provimento do recurso (fls. 54/56).

É o relatório, em síntese.

A meu aviso, o recurso merece prosperar.

Com efeito, a Lei nº 14.843/2024 restabeleceu a obrigatoriedade do exame criminológico para fins promocionais, ao alterar a redação do § 1º, do art. 112, da LEP, determinando que: *“Em todos os casos, o apenado somente terá direito à progressão de regime se ostentar boa conduta carcerária, comprovada pelo diretor do estabelecimento, e pelos resultados do exame criminológico, respeitadas as normas que vedam a progressão.”* (g.n.).

Nota-se, pois, que a dispensa da perícia se tornou medida excepcional, admissível somente quando demonstrada, desde logo, a sua absoluta desnecessidade, isto é, quando ficar bem evidenciado, sem a necessidade de dilação probatória, o senso de responsabilidade, a autodisciplina e, principalmente, o baixo nível de periculosidade da pessoa custodiada.

E essa, todavia, não é a hipótese dos autos.

Ora, cuida-se de sentenciada que resgata pena de 05 anos, 04 meses e 25 dias de reclusão, com previsão de término para 08/05/2030, pelo cometimento de crime de tráfico de drogas (fls. 06/08 e 10/11), tudo levando a crer, portanto, que o mérito necessário para a promoção de regime precisa ser mais bem avaliado.

De fato, referidas circunstâncias não podem ser ignoradas; ao contrário, indicam que a perícia constitui medida razoável e adequada, com o fim de se apurar o nível de periculosidade da sentenciada.

A respeito, aliás, já deixou claro o C. Superior Tribunal de Justiça que *“com a redação dada pela **Lei n. 14.843/2024**, o art. 112, § 1º, da LEP passou a prever que, “em todos os casos, o apenado somente terá direito à progressão de regime se ostentar boa conduta carcerária, comprovada pelo diretor do estabelecimento, **e pelos resultados do exame criminológico**, respeitadas as normas que vedam a progressão”*. (HC 910756-SP, Rel. Min. Rogerio Schietti Cruz, j. 06/05/2024, g.n.).

Portanto, não há se falar em dispensa do exame criminológico na espécie, sendo o art. 112, § 1º, da LEP, norma de caráter processual e de aplicação imediata (*tempus regit actum*), considerando-se que não houve a implementação de nova regra que suprimisse o direito à progressão de regime e, muito menos, houve a criação de novo requisito, além daqueles já existentes (objetivo ou subjetivo), caso em que estaria caracterizado o prejuízo à sentenciada.

A respeito, confira-se precedentes deste E. Sodalício:

"Agravos em execução penal do Ministério Público - Progressão de regime - Decisão em que foi reconhecida a inconstitucionalidade incidental parcial da Lei nº 14.843/2024 e deferiu a progressão ao regime semiaberto com base em singelo atestado de boa conduta carcerária - Obrigatoriedade da perícia, instituída por recente alteração legislativa - Requisito subjetivo não demonstrado - Atestado de bom comportamento carcerário insuficiente - Decisão cassada - Determinada a realização da perícia - Recurso de agravos em execução penal provido." (Agravos de Execução Penal nº 0012310-90.2024.8.26.0521, Rel. Des. Andrade de Castro, j. 13/01/2025).

"Agravos em Execução Penal - Recurso Ministerial contra decisão que promoveu o sentenciado ao regime semiaberto - Obrigatoriedade de realização de exame criminológico prevista na nova legislação que não acarreta violação a princípios constitucionais - Peculiaridades do caso concreto que tornam imprescindível a realização de exame criminológico para melhor avaliar o mérito do sentenciado - Decisão reformada - Recurso provido." (Agravos de Execução Penal nº 0009602-67.2024.8.26.0521, Rel. Des. Juscelino Batista, j. 09/01/2025).

"AGRAVOS EM EXECUÇÃO PENAL - PROGRESSÃO DE REGIME - Insatisfação ministerial - Necessidade de exame criminológico - Necessidade - Inocorrência de inconstitucionalidade da nova redação dada ao §1º do art. 112 da LEP, disposta pela Lei nº 14.843/24, que tornou obrigatória a realização do exame criminológico - Dispositivo que festeja o princípio da individualização da pena - Direito à progressão que se caracteriza como mera expectativa - Dinamismo da execução penal que refuta a alegada mácula à razoável duração do processo - Aplicação imediata da Lei, a qual não constitui 'lex gravior', e cuja natureza é eminentemente processual, sem a vedação ou criação de requisito estranho à já adotada

sistemática da progressão de regime - Necessidade, em concreto, de realização da perícia para melhor verificação do mérito - Recurso provido.” (Agravado de Execução Penal nº 0005203-29.2024.8.26.0154, Rel. Des. Camilo Léllis, j. 09/01/2025).

Frise-se, ademais, por oportuno, que, na hipótese dos autos, independentemente da aplicação ou não da Lei nº 14.843/2024, a realização do exame criminológico mostra-se imprescindível, de forma a se verificar se a agravada está apta a progredir de regime.

De fato, a necessidade de realização do exame criminológico salta aos olhos mesmo à luz do regramento anterior, em que as particularidades do caso possibilitavam ao Juiz, mediante fundamentação concreta, determinar a realização da perícia (Súmula n. 439 do STJ). Como alhures mencionado, cuida-se de sentenciada que resgata pena de 05 anos, 04 meses e 25 dias de reclusão, com previsão de término para 08/05/2030, pelo cometimento de tráfico de drogas, envolvendo a apreensão de mais de 4kg de maconha, (fls. 10/13 e 23/25), tudo levando a crer, portanto, que o mérito necessário para a promoção de regime precisa ser melhor avaliado.

De se ressaltar, ainda, por relevante, que não se trata de considerar os fatos já julgados na mensuração da periculosidade da recorrida. O que se está a afirmar é que a sentenciada, condenado por crime grave, como é o caso da agravada, deve ser mais bem avaliada, de forma a se verificar se está apta a retornar ao convívio social. Ora, *“bom comportamento todo preso deve ter. A liberação exige mais. Falta de periculosidade e demonstração de que, em liberdade, a possibilidade de tornar a delinquir é nenhuma ou reduzida. É nisso que consiste o mérito tão discutido nos incidentes de execução”* (TJSP — Agr. em Exec. nº 1.133.438.3/7-

Presidente Prudente, 5ª Câmara Criminal, Rel. Des. Pinheiro Franco, v.u., j. 6.12.07).

Em suma, satisfeito, neste momento, apenas o requisito temporal, pois no caso vertente, pelas razões já expostas, o atestado de bom comportamento carcerário não é suficiente para avaliar adequadamente as condições subjetivas da agravada, é extremamente inoportuna, e até mesmo temerária sua progressão ao regime semiaberto, sem a prévia realização de exame criminológico. Não se perca de vista, ademais, que a segurança da sociedade vem em primeiro lugar e, como dizia o eminente Desembargador Jarbas Mazzoni, "o meio social não pode e nem deve servir de "laboratório", onde se vá testar a aparente "recuperação" de perigosos delinqüentes" (TJSP - Agr. em Exec. nº. 243.772-3/6 - Presidente Prudente, *grifei*).

Por conseguinte, pelo meu voto, dou provimento ao recurso ministerial para cassar a r. decisão reproduzida a fls. 15/16, que promoveu a sentenciada MARIA JOSIANE DE SOUZA CATANHEDE ao regime semiaberto, determinando sua recondução ao regime fechado, até que reúna méritos pessoais, devidamente aferidos por exames periciais que a habilitem a progredir.

SÉRGIO COELHO

Relator
(Assinatura Eletrônica)